



Cenário Moveleiro

*Análise econômica e suporte para as decisões
empresariais*

Número 01/2007



Cenário Moveleiro

Análise econômica e suporte para as decisões empresariais

Monitorando o cenário macroeconômico e avaliando os efeitos sobre o mercado moveleiro: o impacto do PAC a curto prazo

Hélio Henkin¹

O início do ano de 2007 foi marcado pela elaboração e divulgação do conjunto de medidas governamentais de estímulo ao crescimento econômico denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A questão que se apresenta para as empresas no seu processo de planejamento estratégico e operacional é a seguinte: **devem se modificar as perspectivas e projeções macroeconômicas com as quais se vinham trabalhando no segundo semestre de 2007?** A resposta exige que se analise a forma como as medidas anunciadas no âmbito do PAC afetam os instrumentos fundamentais da atual política econômica, bem como o nível de investimento do setor público e as decisões de investimento do setor privado.

As medidas do PAC formam um conjunto variado de iniciativas voltadas a ampliar o financiamento de obras de infra-estrutura produtiva, especialmente para o setor público, a reduzir de forma específica os encargos fiscais e financeiros na produção e comercialização de bens de capital (construções, máquinas e equipamentos), a estimular a produção em setores específicos,

¹ Professor de Economia Industrial e Economia de Empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS). Foi Diretor Superintendente e Diretor Técnico do SEBRAE do Rio Grande do Sul e Pró-Reitor de Infra-Estrutura da UFRGS, tendo também desenvolvido projetos de consultoria em fomento industrial e gestão estratégica em empresas, associações setoriais e órgãos governamentais.

como a construção residencial e a produção de aparelhos de TV digital, além de outras medidas de desburocratização que visam a formar um ambiente mais facilitador para o investimento privado. Além disso, anunciaram-se medidas fiscais de longo prazo, referentes ao controle do gasto com o funcionalismo federal e aos aumentos do salário mínimo.

Para avaliar os efeitos do PAC a curto prazo, isto é, ao longo do ano de 2007, é necessário analisar o impacto sobre a demanda agregada na economia brasileira que decorrerão das medidas anunciadas. Em primeiro lugar, em termos de efeitos diretos sobre a demanda, é possível que haja uma elevação dos gastos públicos nas diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal), mas isto irá depender da articulação do Governo Federal com as demais instâncias, em especial com os governos estaduais. Todavia, a ampliação de gastos em infra-estrutura não é um processo que ocorra de forma imediata, dependendo de uma série de tramitações burocráticas e jurídicas até o momento em que venham a ocorrer os gastos efetivos que provocam o efeito multiplicador sobre a economia.

Em segundo lugar, há efeitos indiretos sobre o investimento privado, através das medidas de incentivo fiscal e financeiro. Não há dúvida de que se trata de medidas facilitadoras do investimento privado; entretanto, a decisão de investir depende de expectativas de longo prazo acerca da rentabilidade dos empreendimentos, o que, por sua vez, depende da expectativa da margem de lucro líquido das empresas e de quantidade vendida de cada produto. No caso brasileiro, há uma combinação negativa de fatores, derivados da carga fiscal, que limita o consumo de uma gama variada de bens e serviços, além de reduzir a expectativa de lucro líquido das empresas.

Em terceiro lugar, cabe observar que o impacto setorial tende a ser mais significativo, especialmente no caso da construção civil (que pode ter efeitos indiretos sobre a demanda por móveis) e, em segundo plano, na área de informática e máquinas e equipamentos em geral.

Assim, os efeitos do PAC sobre a economia brasileira ao longo do ano de 2007 tendem a ser positivos, mas de reduzido impacto. Por outro lado, tem havido um crescimento vigoroso das importações. No mês de janeiro, as importações cresceram cerca de 31%, bem acima da taxa de crescimento das exportações (que cresceram a uma taxa de 18%, acima das expectativas). A ampliação das importações provavelmente engloba dois componentes: um deles é o crescimento da demanda, fruto de um crescimento da economia o qual, apesar de relativamente baixo, tem sido persistente; o outro componente é a substituição da aquisição de mercadorias produzidas localmente por produtos importados, em função da valorização do real diante do dólar norte-americano. Neste sentido, o aumento das importações acarreta, a curto prazo, um efeito redutor direto sobre a demanda agregada, ainda que a longo prazo o aumento de importações possa trazer efeitos benéficos em termos de produtividade, especialmente a partir das importações de insumos e bens de capital com maior qualidade ou grau de atualização tecnológica.

É importante também tratar da questão cambial, quando se fala de perspectivas macroeconômicas para 2007. Neste ponto, cabe notar que se houvesse uma expectativa de forte crescimento econômico, também haveria a expectativa de um grande salto nas importações, o que formaria um cenário de maior probabilidade de desvalorização cambial. Entretanto, o mercado de divisas não formou este tipo de expectativa. Ao contrário, apesar do crescimento expressivo das importações em janeiro, a taxa de câmbio comercial continua bastante reduzida.

Com relação à política monetária e fiscal, o PAC não incluiu nenhuma medida significativa que pudesse alterar o esquema básico da gestão macroeconômica: assim, a taxa de juros nominal continua declinando muito lentamente, o que significa a manutenção de uma taxa de juros real elevada; a política fiscal tampouco se alterou de forma significativa no que tange ao objetivo de formar superávit primário.

Deste modo, o cenário econômico brasileiro para 2007 não se altera significativamente com a adoção do PAC, relativamente àquele que foi apresentado na edição 03/06 do *Cenário Moveleiro*: uma economia em expansão moderada, com inflação reduzida e câmbio estável e valorizado (em relação aos anos anteriores a 2006), reduzindo-se gradualmente a dimensão do superávit comercial, em função do aumento acelerado das importações. É evidente que uma eventual crise política ou financeira internacional poderia acarretar turbulências e mudanças no cenário da economia brasileira; entretanto, trata-se de um cenário ainda pouco provável. Além disso, a evolução das contas do Balanço de Pagamentos do Brasil e a situação política e econômica do país reduziu a vulnerabilidade brasileira diante de oscilações externas.

Neste sentido, o cenário econômico e seus efeitos específicos sobre a indústria moveleira não se alteraram significativamente com a adoção do PAC. Além do desafio de maximizar as oportunidades que o crescimento moderado da economia brasileira oferece, as empresas moveleiras precisam contornar os problemas do fortalecimento do real diante do dólar norte-americano, buscando diversificar mercados, ampliar a diferenciação de seus produtos, explorando a segmentação de mercado, e continuar buscando maiores níveis de produtividade, de modo a conseguir reduzir os preços relativos dos móveis e estimular o aumento da demanda por seus produtos, especialmente nas camadas da população de baixo ou médio poder aquisitivo.

Cenário Para 2007: Principais Indicadores Macroeconômicos

INDICADORES MACROECONÔMICOS EVOLUÇÃO E PROJEÇÕES					
Indicador/Ano	2003	2004	2005	2006*	2007*
PIB Brasil (var. % ano)	0,54	4,94	2,28	2,8*	3,5*
IPCA - Brasil (var.% ano)	9,30	7,60	5,69	3,14	4,2*
Taxa de Juros SELIC efetiva (% ano)	23,39	16,25	19,06	15,08	13,00*
Taxa de Câmbio (média anual) (comercial – venda – R\$/US\$)	3,07	2,92	2,43	2,17	2,25*
Exportações Brasil - FOB (valor US\$ bilhões)	73.084,00	96.475,00	118.308,00	137.471,00	148.468,00*
Exportações Brasil FOB (var. % ano)	21,08	32,01	22,63	16,20	8,00*

Fonte: IPEADATA * projeções atualizadas em janeiro de 2007

